

ESTUDOS CIENTÍFICOS NA ATUALIDADE: PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO EM FOCO

Simone Torres e colaboradores (orgs)



**ESTUDOS CIENTÍFICOS NA
ATUALIDADE: PSICOLOGIA
E EDUCAÇÃO EM FOCO**

**Todos os elementos dispostos em tal produção são de total responsabilidade
dos autores**

Licença Creative Commons Atribuição-SemDerivações 4.0 Internacional.

Comissão Editorial:

Dr Leonardo da Silva Alves
Dr Sérgio Ricardo da Costa Simplicio
Es Michelly Rayane Romualdo Branco
Ms Alan Douglas Santiago
Dr Magno Alexon Bezerra Seabra
Esp. Marcos Vitor Costa Castelhana
Ms Maria José Bezerra da Silva
Profa. Dra. Karla Roberta Castro Pinheiro Alves
Ms José Fabio Bezerra da Silva.
Dr Lucas Gomes de Medeiros
Dr Hamilton José Werneck Mouta.
Dra. Lauriceia Galdino dos Santos
Dr. José de Sousa Campos Júnior
Esp. Damiana dos Santos Junqueira

*Nosso maior objetivo é construir meios significativos de difusão e distribuição de trabalhos
acadêmicos capazes de consolidar os enfoques científicos na contemporaneidade.*

Equipe da CTP

Simone Monteiro Torres
Alessandra Alves Fonseca
Emanuelle Ribeiro Lisboa Prasto Martins
Flamarion Rogers de Macedo
Rogério Lopes Nicácio
Joseli Maria Silva de Lima
Aniclésia de Sousa
Maria Daiane Pereira da Silva
Débora Sabrina Santos da Silva Sampaio de Brito
Fernanda Farias Vasconcelos Kreitlow
Fabiano Locatteli
Sanção Ramalho Medeiros
Marcos Vitor Costa Castelhana
Patricio Borges Maracajá
Aline Carla de Medeiros
Flávio Franklin Ferreira De Almeida
(Orgs.)

ESTUDOS CIENTÍFICOS NA ATUALIDADE: PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO EM FOCO

1ª Edição

São Bento-PB
CTP 2025

2025 Edição Brasileira by CTP by

Autores Todos os direitos reservados

Contemporânea: Agência
Educativa – CTP
CNPJ: 46.679.708/0001-11
E-mail:
contemporaneasartigos23@outlook.
com 83998400598
São Bento-PB – Brasil

Editor-Chefe: Marcos Vitor Costa Castelhana

Diagramação: Marcos Vitor Costa Castelhana

Revisão de texto: Autores

Capa: Yanni Aragão Abreu da Silva

Produtor Editorial: José Fábio Bezerra da Silva

DOI: 10.18378/gvaa-978-65-83034-23-6

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E82 Estudos científicos na atualidade [livro eletrônico] : psicologia e educação em foco / Simone Monteiro Torres... [et al.]. – São Bento, PB: CTP Editora, 2025.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-83034-23-6

1. Educação. 2. Psicologia. I. Torres, Simone Monteiro. II. Fonseca, Alessandra Alves. III. Martins, Emanuelle Ribeiro Lisboa Prasto. IV. Macedo, Flamarion Rogers de. V. Nicácio, Rogério Lopes. VI. Lima, Joseli Maria Silva de. VII. Sousa, Anicléia de. VIII. Silva, Maria Daiane Pereira da. IX. Brito, Débora Sabrina Santos da Silva Sampaio de. X. Kreitlow, Fernanda Farias Vasconcelos. XI. Locatteli, Fabiano. XII. Medeiros, Sanção Ramalho. XIII. Castelhana, Marcos Vitor Costa. XIV. Maracajá, Patricio Borges. XV. Medeiros, Aline Carla de. XVI. Almeida, Flávio Franklin Ferreira De.

CDD 370

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1- RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: O PAPEL DAS EMPRESAS NA FORMAÇÃO DE UMA CIDADANIA SUSTENTÁVE.....	9
CAPÍTULO 2- RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS EMPRESAS: ENTRE A FUNÇÃO SOCIAL E O COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE.....	19
CAPÍTULO 3- RELATO DE EXPERIÊNCIA: TRABALHANDO LITERATURA AFRO-BRASILEIRA EM SALA DE AULA.....	29
CAPÍTULO 4- O DESENVOLVIMENTO DO ADOLESCENTE NO CONTEXTO ESCOLAR: UM DIÁLOGO ENTRE A PERSPECTIVA ERIKSONIANA E OS MODELOS SOCIOEMOCIONAIS.....	35
CAPÍTULO 5- ENSINO ENQUANTO PRÁTICA LIBERTADORA: FREIRE E A EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEO.....	43
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	49

APRESENTAÇÃO

A obra em questão engloba um conjunto de estudos voltados as discussões educacionais e psicológicas na contemporaneidade, caminhando por variados panoramas teórico-práticos e dialógicos na contemporaneidade.

Tenha todos uma ótima leitura!

CAPÍTULO 1- RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: O PAPEL DAS EMPRESAS NA FORMAÇÃO DE UMA CIDADANIA SUSTENTÁVEL

Andreia Garcia Carneiro

Pós-graduação em Gestão Empresarial com ênfase em Responsabilidade Social pela Faculdade Sucesso – FACSU, Pós-Graduação em Ecologia e Educação Ambiental pela Universidade Federal de Campina Grande. Graduada em Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Campina Grande, Graduada em Gestão Ambiental pelo Centro Universitário INTA-UNINTA. E-mail: andreia9916.ag@gmail.com

Douglas Rafael de Oliveira Cândido

Graduando em Direito pela Faculdade Sucesso – FACSU. Graduado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário INTA-UNINTA. E-mail: douglasrafaelsbpb@gmail.com

RESUMO: Este artigo analisa a responsabilidade socioambiental das empresas como um elemento central para a construção de uma cidadania sustentável, com base em uma abordagem interdisciplinar que articula fundamentos jurídicos, contábeis e educativos. Parte-se da compreensão de que as empresas, enquanto agentes sociais, têm papel relevante não apenas na produção de bens e serviços, mas também na promoção de práticas éticas, transparentes e comprometidas com o bem coletivo. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e bibliográfica, fundamentada em autores que discutem a função social da empresa, os instrumentos de prestação de contas socioambientais, como os relatórios GRI e os indicadores ESG, e o potencial educativo dessas práticas. Os resultados evidenciam que organizações com boa governança corporativa tendem a apresentar maior comprometimento com a responsabilidade social e ambiental, o que contribui para a construção de uma cultura institucional sustentável. Além disso, destacam-se os desafios relacionados à superficialidade de algumas práticas e à necessidade de integração mais efetiva entre os campos do direito, da contabilidade e da educação. Conclui-se que a responsabilidade socioambiental deve ser compreendida como uma prática transversal, capaz de promover não apenas o desenvolvimento sustentável, mas também a formação de cidadãos conscientes, críticos e participativos.

Palavras-chave: Responsabilidade socioambiental. Sustentabilidade. Governança corporativa. Cidadania. Transparência.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a discussão sobre responsabilidade socioambiental deixou de ser uma tendência periférica e passou a ocupar lugar central nas práticas organizacionais. A crescente demanda da sociedade por empresas mais éticas, transparentes e comprometidas com o bem comum reflete uma mudança de paradigma no papel corporativo. Em vez de se restringirem à geração de lucro, as empresas são chamadas a atuar como agentes ativos na promoção da justiça social e da sustentabilidade ambiental (Busch & Ribeiro, 2009; Bastos & Júnior, 2016). Esse novo posicionamento está diretamente relacionado à formação de uma cidadania sustentável, que pressupõe não apenas direitos, mas também deveres compartilhados entre Estado, iniciativa privada e sociedade civil.

No contexto jurídico brasileiro, a Constituição Federal de 1988 oferece o arcabouço normativo para a compreensão da responsabilidade socioambiental das

empresas. O artigo 225 estabelece o direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo. Esse dispositivo impõe às empresas, enquanto entes da coletividade, um conjunto de obrigações ambientais que derivam tanto da legalidade quanto da solidariedade constitucional (Ferreira, 2006; Avanci et al., 2021). Assim, a função social da empresa, anteriormente vinculada apenas à geração de empregos e riqueza, é ampliada para incluir a preservação do meio ambiente e o respeito aos direitos difusos e coletivos.

No campo contábil, a responsabilidade socioambiental é operacionalizada por meio de instrumentos como os relatórios de sustentabilidade, balanço social e indicadores ESG (Environmental, Social and Governance). Esses mecanismos permitem às empresas prestarem contas de suas externalidades socioambientais e demonstrar transparência na gestão dos seus impactos (Carvalho, 2018; Tres et al., 2021). A contabilidade ambiental, nesse sentido, não se restringe à mensuração de ativos e passivos ambientais, mas também exerce um papel pedagógico ao informar a sociedade sobre a conduta ética da organização e promover mudanças comportamentais e culturais.

A governança corporativa surge como elemento essencial para a consolidação da responsabilidade social empresarial. Estudos demonstram que empresas com melhores práticas de governança tendem a apresentar níveis mais elevados de responsabilidade social, estabelecendo uma correlação entre controle interno, ética e comprometimento com os stakeholders (Crisóstomo et al., 2021). A integração de princípios éticos na estrutura de gestão favorece não apenas a sustentabilidade da organização, mas também contribui para o fortalecimento da cidadania ambiental, ao estabelecer novos padrões de relacionamento com a sociedade e o meio ambiente.

Além das esferas jurídica e contábil, a dimensão educacional desempenha um papel estratégico na construção de uma cultura de responsabilidade socioambiental. A formação cidadã, iniciada na escola e ampliada no ensino superior e na educação corporativa, deve contemplar conteúdos voltados à sustentabilidade, ética empresarial, consumo consciente e justiça social (Morcelli & Ávila, 2016; Delbono, 2016). Inserir essas temáticas nos currículos escolares é fundamental para preparar cidadãos e futuros profissionais capazes de compreender a complexidade das relações entre economia, meio ambiente e sociedade.

A ecopedagogia, enquanto abordagem crítica e interdisciplinar da educação ambiental, defende a formação de sujeitos capazes de agir localmente e pensar globalmente. Nesse sentido, o papel das empresas se amplia: além de adaptarem suas

práticas aos princípios do desenvolvimento sustentável, devem também fomentar iniciativas educativas que contribuam para a conscientização ambiental de seus colaboradores, consumidores e da comunidade (Delbono, 2016; Cruz, 2009). Isso inclui projetos internos de capacitação, ações de responsabilidade social corporativa e parcerias com escolas e universidades.

O fortalecimento da cidadania sustentável depende da articulação entre diferentes saberes e práticas. O direito oferece os princípios e os limites; a contabilidade, os instrumentos de controle e transparência; e a educação, os meios de internalização e transformação social. Essa tríade, quando bem integrada, contribui para a criação de uma nova ética empresarial, na qual a responsabilidade socioambiental deixa de ser uma obrigação imposta para se tornar uma escolha estratégica e ética.

Dessa forma, este artigo propõe analisar a responsabilidade socioambiental das empresas sob um enfoque interdisciplinar, articulando as dimensões contábil, jurídica e educacional. O objetivo é compreender de que forma as empresas podem contribuir efetivamente para a formação de uma cidadania sustentável, promovendo o equilíbrio entre desenvolvimento econômico, justiça social e preservação ambiental.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e bibliográfico, fundamentando-se na análise interdisciplinar de fontes acadêmicas, legais e técnicas que tratam da responsabilidade socioambiental empresarial sob os enfoques contábil, jurídico e educacional. A escolha por uma metodologia qualitativa justifica-se pela natureza interpretativa da investigação, cujo foco está na compreensão dos significados, relações e implicações do tema para a formação de uma cidadania sustentável.

A pesquisa é exploratória, pois visa ampliar o conhecimento sobre um fenômeno complexo e multifacetado, permitindo a identificação de conceitos, categorias analíticas e conexões entre diferentes campos do saber. Por meio dessa abordagem, busca-se compreender como os princípios da responsabilidade socioambiental vêm sendo incorporados pelas empresas e de que maneira tais práticas contribuem para a formação ética e cidadã da sociedade.

Como procedimento técnico, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, com levantamento e análise de artigos científicos, dissertações, livros, legislações e relatórios

institucionais. Dentre os documentos analisados, destacam-se obras clássicas e contemporâneas sobre responsabilidade social empresarial (Busch & Ribeiro, 2009; Bastos & Júnior, 2016), contabilidade ambiental (Carvalho, 2018; Tres et al., 2021), governança corporativa (Crisóstomo et al., 2021), fundamentos jurídicos da sustentabilidade (Ferreira, 2006; Burmann, 2010) e práticas pedagógicas voltadas à educação ambiental e cidadania (Morcelli & Ávila, 2016; Delbono, 2016).

A seleção dos materiais foi feita com base em sua relevância científica, atualidade e coerência com os objetivos do estudo. Foram utilizados critérios de autoridade acadêmica dos autores, qualidade editorial das fontes e pertinência ao tema. A análise dos conteúdos foi orientada pelo método de análise temática, que consiste na identificação, organização e interpretação de temas recorrentes e significativos nos textos consultados.

A metodologia proposta permite não apenas mapear o estado da arte sobre a responsabilidade socioambiental empresarial, mas também discutir criticamente os caminhos possíveis para a consolidação de uma atuação empresarial comprometida com os princípios do desenvolvimento sustentável e da formação cidadã. A articulação entre os eixos contábil, jurídico e educacional configura-se como um diferencial da pesquisa, possibilitando uma abordagem integradora e propositiva.

REFERENCIAL TEÓRICO

A responsabilidade socioambiental das empresas configura-se como uma construção complexa que integra dimensões jurídicas, contábeis e educacionais, refletindo uma mudança no papel das organizações no século XXI. Essa responsabilidade representa um compromisso ético e estratégico com a sustentabilidade e a justiça social, reforçado por pressões da sociedade civil e por transformações no mercado global. Como destacam Busch e Ribeiro (2009), as empresas contemporâneas são desafiadas a incorporar valores de responsabilidade ambiental e social como parte integrante de sua cultura e práticas institucionais, e não apenas como exigência externa.

Sob o ponto de vista jurídico, a Constituição Federal de 1988 oferece base normativa para essa responsabilidade, principalmente nos artigos 170, que trata da função social da empresa, e 225, que estabelece o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. A função social empresarial transcende a mera produção de riqueza e geração de empregos, impondo deveres relacionados à proteção ambiental e ao bem-estar coletivo. Ferreira (2006) afirma que “a função social da empresa é um desdobramento

natural da função social da propriedade, sendo um dever jurídico e não apenas uma diretriz de atuação voluntária”.

Na esfera contábil, o avanço da contabilidade socioambiental tem se mostrado fundamental para a institucionalização da responsabilidade social corporativa. Essa vertente contábil busca mensurar, registrar e evidenciar os impactos sociais e ambientais das atividades empresariais. Para Carvalho (2018), “a contabilidade ambiental permite identificar, mensurar e divulgar os impactos ambientais e sociais das atividades empresariais, atuando como ferramenta de controle e transparência perante os stakeholders”. Instrumentos como os relatórios GRI, os indicadores ESG e o balanço social são cada vez mais utilizados como meios de prestação de contas e comunicação com a sociedade.

A governança corporativa também exerce papel determinante nesse processo. Crisóstomo, Vasconcelos e Carneiro (2021) analisam que empresas com boas práticas de governança tendem a apresentar melhores desempenhos em responsabilidade social, demonstrando o vínculo entre ética organizacional, transparência e sustentabilidade. Além disso, os autores apontam que essas práticas se traduzem em ganhos reputacionais e de valor de mercado, o que reforça o caráter estratégico da responsabilidade socioambiental no ambiente corporativo.

A dimensão educacional é outro elemento indispensável na consolidação da cidadania sustentável. Morcelli e Ávila (2016) ressaltam que a formação ética e ambiental deve estar presente tanto nos espaços escolares quanto nas iniciativas corporativas de capacitação e engajamento social. A empresa, nesse contexto, atua como espaço não formal de educação, contribuindo para o desenvolvimento de valores como solidariedade, respeito à diversidade e consciência ecológica. Esse papel educativo é reforçado pela proposta da ecopedagogia, que, conforme Delbono (2016), defende uma abordagem crítica, emancipatória e interdisciplinar na relação entre ser humano, natureza e economia.

Além disso, o discurso da sustentabilidade não deve ser confundido com práticas superficiais. A banalização de discursos “verdes” desvinculados de ações efetivas — o chamado *greenwashing* — compromete a legitimidade institucional e distancia as empresas de sua função social. Ferreira (2006) alerta que, embora a responsabilidade social empresarial não esteja expressa de forma taxativa em todos os dispositivos legais, sua presença implícita na Constituição impõe um dever jurídico, cuja omissão pode configurar desrespeito ao pacto constitucional e à coletividade.

O referencial teórico, portanto, evidencia que a responsabilidade socioambiental deve ser compreendida como um princípio transversal à atividade empresarial. Ao integrar saberes jurídicos, contábeis e educacionais, torna-se possível construir uma ética organizacional mais comprometida com o futuro da sociedade e do planeta. Como afirma Freitas (2018), a sustentabilidade precisa ser compreendida não apenas como um recurso gerencial, mas como um “valor organizacional capaz de orientar a cultura, os processos e a legitimidade da empresa na sociedade contemporânea”.

Nesse sentido, compreender a responsabilidade socioambiental como princípio transversal é reconhecer que ela não se limita a departamentos ou ações isoladas, mas deve permear todas as esferas da organização, desde a alta gestão até a operação cotidiana. Essa visão integrada desafia o modelo tradicional de gestão empresarial e exige uma mudança cultural profunda, na qual o compromisso com a sustentabilidade deixa de ser um diferencial e passa a ser uma base estruturante da identidade e da atuação corporativa. Assim, empresas verdadeiramente comprometidas com sua função social são aquelas que internalizam esses princípios como parte de sua razão de existir e atuar no mundo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados teóricos e documentais evidencia que a responsabilidade socioambiental das empresas tem evoluído de uma prática voluntarista para uma exigência normativa e ética, profundamente interligada ao conceito de cidadania sustentável. Conforme apontam Busch e Ribeiro (2009), a sociedade contemporânea tem exigido das empresas não apenas o cumprimento da legislação e a oferta de produtos e serviços de qualidade, mas também a adoção de práticas que minimizem os impactos ambientais e contribuam para o bem-estar social. Isso amplia a função tradicional da empresa e reforça seu papel como agente transformador.

Um dos resultados mais relevantes da revisão de literatura é a constatação de que as empresas com maior grau de comprometimento com a governança corporativa também demonstram maior adesão a práticas de responsabilidade social e ambiental. Crisóstomo, Vasconcelos e Carneiro (2021) destacam que a qualidade da governança tem impacto direto sobre a política de responsabilidade social corporativa (RSC), promovendo comportamentos organizacionais mais éticos e transparentes. Esse comportamento ético, por sua vez, favorece uma melhor relação com os stakeholders e fortalece o vínculo entre a organização e a sociedade.

Nesse cenário, os relatórios de sustentabilidade baseados em frameworks como GRI (Global Reporting Initiative) e os indicadores ESG (Environmental, Social and Governance) emergem como ferramentas importantes para garantir a transparência e a accountability das empresas. Segundo Carvalho (2018), esses instrumentos contábeis não apenas evidenciam os investimentos e impactos socioambientais das organizações, mas também funcionam como dispositivos pedagógicos, ao promover a conscientização de colaboradores, consumidores e investidores sobre práticas sustentáveis.

Outro ponto que merece destaque é a dimensão educativa da responsabilidade socioambiental, que aparece fortemente na atuação de empresas que desenvolvem projetos voltados à formação de seus funcionários e da comunidade. Morcelli e Ávila (2016) argumentam que a atuação educativa das empresas, seja por meio de campanhas internas, parcerias com escolas ou programas comunitários, é fundamental para fomentar a cidadania crítica e ecológica. Nesse sentido, as empresas atuam como espaços não formais de educação ambiental, promovendo valores como a solidariedade, o consumo consciente e o respeito à diversidade.

Burmann (2010) reforça essa perspectiva ao afirmar que a responsabilidade social das empresas deve ser compreendida como uma extensão do princípio do desenvolvimento sustentável, integrando os pilares social, ambiental e econômico. Para a autora, a adoção de práticas responsáveis deve ser parte da estrutura de governança das organizações e não um complemento ocasional. Assim, uma empresa que não considera seus impactos ambientais ou sociais compromete não apenas sua imagem, mas também a qualidade de vida das gerações presentes e futuras.

Contudo, a análise crítica também evidencia desafios importantes. Entre eles, destaca-se o risco de práticas de "greenwashing", isto é, ações meramente simbólicas ou propagandísticas, sem efetivo compromisso com a sustentabilidade. Ferreira (2006) aponta que, embora a responsabilidade social não esteja expressa de forma taxativa em todos os dispositivos legais, sua presença implícita na Constituição Federal — especialmente no artigo 225 — impõe um dever jurídico e não apenas ético. A banalização de relatórios vazios de ações reais compromete a confiança social e distancia a empresa da sua função formadora.

Além disso, as disparidades entre grandes corporações e pequenas empresas ainda dificultam a universalização das práticas sustentáveis. Segundo Santana (2018), embora muitas pequenas e médias empresas reconheçam a importância da responsabilidade socioambiental, enfrentam limitações técnicas e financeiras para implementar relatórios

e práticas mais estruturadas. Isso reforça a necessidade de políticas públicas de apoio e capacitação, bem como a inclusão do tema na formação profissional de gestores e contadores.

Por fim, os resultados apontam que a integração entre os conhecimentos jurídicos, contábeis e educacionais é essencial para consolidar uma cultura empresarial ética e responsável. A cidadania sustentável só será efetivamente promovida quando houver o comprometimento institucional das empresas com o desenvolvimento humano e ecológico. Isso requer, como propõem Delbono (2016) e Cruz (2009), que as organizações internalizem a responsabilidade socioambiental não apenas como uma obrigação legal ou estratégia de imagem, mas como uma convicção orientadora de suas ações no mundo.

CONCLUSÃO

A responsabilidade socioambiental deixou de ser uma escolha facultativa e tornou-se uma exigência ética, jurídica e estratégica para as empresas que desejam manter relevância social e econômica em um cenário global marcado por crises ambientais e desigualdades sociais. Este artigo demonstrou que o papel das empresas vai além da produção e do lucro: elas têm uma função social a cumprir, que inclui o respeito aos direitos coletivos, a promoção de práticas sustentáveis e a contribuição para a formação de uma cidadania ativa e consciente.

A análise da literatura revelou que há uma forte interdependência entre governança corporativa, transparência contábil e responsabilidade social. Empresas que adotam padrões éticos elevados e instrumentos como relatórios de sustentabilidade e indicadores ESG tendem a apresentar melhores resultados não apenas financeiros, mas também sociais e ambientais. Nesse contexto, a contabilidade socioambiental destaca-se como um instrumento relevante tanto para a gestão interna quanto para a prestação de contas à sociedade.

Do ponto de vista jurídico, a função social da empresa, conforme expressa implicitamente no artigo 225 da Constituição Federal, consolida o dever das organizações de proteger o meio ambiente e atuar de forma solidária na construção de uma sociedade mais justa. Essa função, quando aliada a uma gestão transparente e ética, fortalece a relação das empresas com seus stakeholders e contribui para a legitimação social de sua atuação.

A dimensão educativa da responsabilidade socioambiental também se mostrou fundamental neste estudo. As empresas podem e devem atuar como espaços formativos, promovendo a educação ambiental, o consumo consciente e a participação cidadã. Quando integram a sustentabilidade à sua cultura organizacional e à sua prática diária, contribuem significativamente para a construção de sujeitos mais críticos, éticos e comprometidos com o bem coletivo.

Entretanto, os desafios persistem. A superficialidade de algumas práticas, o uso indevido do discurso sustentável como estratégia de marketing e a ausência de políticas públicas de apoio às pequenas empresas ainda limitam o alcance e a efetividade das ações de responsabilidade socioambiental. Superar esses obstáculos exige o fortalecimento da articulação entre os campos jurídico, contábil e educacional, bem como a promoção de uma cultura institucional verdadeiramente comprometida com a sustentabilidade.

Dessa forma, conclui-se que a responsabilidade socioambiental das empresas deve ser compreendida como um processo permanente de transformação, que integra valores, práticas e saberes diversos em prol de um modelo de desenvolvimento mais humano, justo e ecologicamente equilibrado. As empresas, ao assumirem seu papel social, contribuem para muito além dos seus muros: colaboram para a formação de uma cidadania sustentável e para a construção de um futuro comum mais promissor.

REFERÊNCIAS

BURMANN, Larissa Lauda. **Recursos naturais e sustentabilidade: a responsabilidade social, ambiental e jurídica das empresas**. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2010.

BUSCH, Susanna Erica; RIBEIRO, Helena. Responsabilidade socioambiental empresarial: revisão da literatura sobre conceitos. **INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 1–12, maio/ago. 2009.

CARVALHO, Maurício Soares de. **Contabilidade social e ambiental**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018.

CRISÓSTOMO, Vicente Lima; VASCONCELOS, Victor Daniel; CARNEIRO, Célia Maria Braga. Análise da relação entre responsabilidade social corporativa e governança corporativa na empresa brasileira. **Perspectivas Contemporâneas**, v. 16, e021002, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22409/pc.v16i0.45618>.

CRUZ, Breno de Paula Andrade. Ensinando responsabilidade social para administradores: um enfoque gerencial contextualizado às características brasileiras. In: **Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**, 2009, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: ANPAD, 2009.

DELBONO, Benedita de Fátima. **Responsabilidade social e ambiental**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.

FERREIRA, Cassia Bianca Lebrão Cavallari. **A responsabilidade social empresarial e o direito**. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito das Relações Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Ética, responsabilidade e sustentabilidade: a cultura organizacional como vetor estratégico**. São Paulo: Atlas, 2018.

MORCELLI, Gisela; ÁVILA, Sandra Rosangela Ribeiro de. A importância da educação ambiental e da ética para a formação da consciência ecológica. In: OLIVEIRA, A. C. (org.). **Sustentabilidade e responsabilidade socioambiental**. São Paulo: Editora Universitária, 2016. p. 113–132.

SANTANA, Eliana da Silva. A percepção de alunos do curso de Ciências Contábeis sobre a responsabilidade social empresarial. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 12, n. 32, p. 34–45, 2018.

TRES, Gláucia et al. Adoção de práticas de responsabilidade socioambiental e desempenho das empresas do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). **Revista Brasileira de Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 32, n. 85, p. 45–61, 2021.

CAPÍTULO 2- RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS EMPRESAS: ENTRE A FUNÇÃO SOCIAL E O COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE

Andreia Garcia Carneiro

Pós-graduação em Gestão Empresarial com ênfase em Responsabilidade Social pela Faculdade Sucesso – FACSU, Pós-Graduação em Ecologia e Educação Ambiental pela Universidade Federal de Campina Grande, Graduada em Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Campina Grande, Graduada em Gestão Ambiental pelo Centro Universitário INTA-UNINTA. E-mail: andreia9916.ag@gmail.com

Douglas Rafael de Oliveira Cândido

Graduando em Direito pela Faculdade Sucesso – FACSU. Graduado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário INTA-UNINTA. E-mail: douglasrafaelsbpb@gmail.com

RESUMO: Este artigo analisa a responsabilidade socioambiental das empresas brasileiras à luz da função social da empresa e do compromisso com a sustentabilidade, articulando os fundamentos jurídicos, contábeis e gerenciais envolvidos. A pesquisa, de caráter qualitativo e bibliográfico, fundamenta-se em autores como Ferreira (2006), Burmann (2010), Carvalho (2018), entre outros, além de dados empíricos de estudos sobre governança e desempenho empresarial. O objetivo é compreender como as práticas de sustentabilidade — evidenciadas por relatórios ESG, balanços sociais e indicadores contábeis — expressam o cumprimento da função social prevista constitucionalmente. Os resultados apontam que empresas que adotam uma gestão transparente e ética tendem a apresentar melhor desempenho institucional e reputacional, reforçando que a responsabilidade socioambiental não é apenas uma exigência legal, mas uma estratégia para o desenvolvimento sustentável. Conclui-se que a integração entre governança, contabilidade e função social é essencial para a efetividade da responsabilidade empresarial e para a promoção de uma cultura corporativa orientada pela equidade, pela justiça ambiental e pela cidadania.

Palavras-chave: Responsabilidade socioambiental. Sustentabilidade. Função social da empresa. Governança corporativa. Contabilidade ambiental.

INTRODUÇÃO

As transformações sociais, ambientais e econômicas que marcam o século XXI exigem das organizações empresariais uma atuação que vá além do interesse exclusivo pelo lucro. As empresas, enquanto agentes com expressivo poder de impacto sobre o meio ambiente e a sociedade, são convocadas a cumprir um papel ético e estratégico, pautado pela responsabilidade socioambiental e pelo compromisso com o desenvolvimento sustentável. Esta exigência se manifesta de forma crescente em políticas públicas, nos marcos legais e nas expectativas dos consumidores, acionistas e demais partes interessadas (Cardoso, 2023).

No Brasil, essa expectativa se ancora em fundamentos constitucionais, em especial nos artigos 170 e 225 da Constituição Federal de 1988, que consagram, respectivamente, o princípio da função social da empresa e o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. A função social da empresa, nesse contexto, não

pode ser dissociada de sua responsabilidade em contribuir para a justiça social e a sustentabilidade ambiental. Como destacam Júnior et al. (2020), a função social não é apenas um ideal abstrato, mas um dever jurídico explícito que impõe à atividade empresarial a observância de limites éticos, legais e ambientais.

Esse artigo tem como objetivo analisar de que forma a responsabilidade socioambiental empresarial concretiza a função social da empresa no Brasil, à luz da governança corporativa, da contabilidade socioambiental e da legislação vigente. Busca-se compreender como os instrumentos de gestão, como os relatórios GRI, os indicadores ESG e o balanço social, podem reforçar o compromisso das empresas com a sustentabilidade e com o bem-estar coletivo, superando práticas meramente formais ou simbólicas.

A justificativa deste estudo reside na crescente relevância da responsabilidade socioambiental como fator de legitimidade institucional e vantagem competitiva, bem como no papel das empresas na promoção de uma cultura de cidadania sustentável. Como observa Denis e Vettorazzi (2011), não basta que a empresa atenda à legislação ambiental de forma reativa. É necessário que ela assume a corresponsabilidade pela destinação adequada dos resíduos e impactos causados em todas as etapas do ciclo de vida de seus produtos, incorporando o princípio da responsabilidade estendida do produtor.

Além disso, a governança corporativa surge como elemento-chave para consolidar a sustentabilidade no ambiente empresarial. Segundo Crisóstomo et al. (2021), existe uma correlação significativa entre boas práticas de governança e elevado desempenho em responsabilidade social. Empresas que incorporam critérios ESG em sua estratégia demonstram maior transparência, melhor relação com stakeholders e, muitas vezes, melhores resultados financeiros, o que reforça a viabilidade econômica da sustentabilidade.

A contabilidade socioambiental, por sua vez, não apenas mensura os custos ambientais, mas atua como um importante instrumento de prestação de contas à sociedade. De acordo com Carvalho (2018), os relatórios de sustentabilidade baseados nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e os balanços sociais funcionam como mecanismos de transparência e controle social, promovendo a accountability e o engajamento da sociedade na fiscalização das ações corporativas.

Esse debate também assume um caráter educativo e transformador. À medida que a responsabilidade social passa a ser incorporada como valor institucional, as empresas atuam como formadoras de cultura e consciência ambiental. Como destacam Burmann

(2010) e Freitas (2018), a função social das organizações transcende as exigências legais, tornando-se um espaço de articulação entre ética, gestão estratégica e direitos difusos, como o direito à vida digna e ao ambiente saudável.

Diante desse cenário, este artigo propõe uma análise integrada entre os aspectos jurídicos, contábeis e gerenciais da responsabilidade socioambiental das empresas brasileiras, com foco na articulação entre função social e compromisso com a sustentabilidade. Ao evidenciar essa convergência, busca-se contribuir para a reflexão crítica sobre o papel das empresas na promoção de um modelo de desenvolvimento mais justo, inclusivo e ambientalmente responsável.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caráter qualitativo e reflexivo, que tem como objetivo promover uma análise crítica sobre a responsabilidade socioambiental das empresas no Brasil, a partir de uma abordagem interdisciplinar que envolve aspectos jurídicos, contábeis e gerenciais. A pesquisa foi desenvolvida por meio de um levantamento bibliográfico, utilizando como base livros, artigos científicos, dissertações, legislações e documentos institucionais disponíveis em bibliotecas, repositórios acadêmicos e bases de dados eletrônicas.

A metodologia utilizada busca alcançar os objetivos propostos por meio da leitura e análise de produções científicas que tratam da função social da empresa, da sustentabilidade corporativa, da governança e da contabilidade socioambiental. São incluídas também reflexões sobre instrumentos como os relatórios de sustentabilidade (GRI), os indicadores ESG e o balanço social, com base na literatura atualizada sobre o tema.

A pesquisa teve como referência autores como Ferreira (2006), Burmann (2010), Carvalho (2018), Dias et al. (2014), Crisóstomo et al. (2021), Tres et al. (2021), Freitas (2018), entre outros que discutem a articulação entre práticas empresariais e desenvolvimento sustentável. Além disso, foram incorporados estudos de caso e análises empíricas que ilustram a aplicação prática dos conceitos discutidos, como os trabalhos de Cardoso (2023) e Denis & Vettorazzi (2011).

Dessa forma, a pesquisa bibliográfica utilizada neste estudo contribui para aprofundar a reflexão sobre o papel das empresas na sociedade contemporânea, destacando a importância da responsabilidade socioambiental como um caminho para o

cumprimento da função social e para a consolidação de um modelo de desenvolvimento mais ético e sustentável.

REFERENCIAL TEORICO

A responsabilidade socioambiental empresarial tem se consolidado como um dos principais temas da agenda corporativa e acadêmica nas últimas décadas. Seu conceito está relacionado à atuação ética das empresas em relação aos impactos que suas atividades causam à sociedade e ao meio ambiente. Trata-se de um compromisso que vai além do cumprimento da legislação, incorporando valores como equidade, transparência e desenvolvimento sustentável (Burmann, 2010; Carvalho, 2018).

No contexto jurídico brasileiro, a responsabilidade socioambiental encontra respaldo na função social da empresa, prevista na Constituição Federal de 1988, especialmente nos artigos 170 e 225. A função social impõe limites e deveres à atividade econômica, estabelecendo que a livre iniciativa deve estar alinhada ao bem-estar coletivo e à justiça social (Ferreira, 2006). Nesse sentido, a atuação empresarial deve considerar não apenas os interesses dos acionistas, mas também os direitos difusos da coletividade, como o direito a um meio ambiente equilibrado. Como destacam Júnior et al. (2020, p. 5), “a responsabilidade social é uma prática facultativa, enquanto a função social constitui um dever constitucional, cuja violação implica a ilegitimidade da atividade empresarial”.

Essa concepção ganha concretude por meio de instrumentos como os relatórios GRI (Global Reporting Initiative), os indicadores ESG (Environmental, Social and Governance) e o balanço social. Esses mecanismos, além de promoverem a transparência organizacional, funcionam como ferramentas estratégicas de governança e prestação de contas à sociedade (Carvalho, 2018; Dias et al., 2014). Como afirma Carvalho (2018, p. 64), “a contabilidade ambiental permite identificar, mensurar e divulgar os impactos ambientais e sociais das atividades empresariais, atuando como ferramenta de controle e transparência perante os stakeholders”.

Estudos recentes apontam que há uma correlação direta entre boas práticas de governança corporativa e desempenho em responsabilidade social. Crisóstomo et al. (2021) observaram que empresas brasileiras que adotam práticas transparentes e éticas em sua governança tendem a investir mais em responsabilidade social e a apresentar melhor desempenho organizacional. Essa relação é confirmada por Tres et al. (2021), que analisaram empresas do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE-B3) e identificaram

que o engajamento socioambiental está associado à valorização de mercado e à reputação institucional.

Outro aspecto relevante na discussão é a responsabilidade pós-consumo e o princípio da responsabilidade estendida do produtor, como analisado por Denis e Vettorazzi (2011). Os autores defendem que a empresa deve ser responsabilizada pelos resíduos gerados por seus produtos mesmo após a comercialização, assumindo compromisso com toda a cadeia de valor, inclusive com a logística reversa.

Além da dimensão técnica e jurídica, a responsabilidade socioambiental possui também um caráter formativo e cultural. Ao adotar práticas éticas e sustentáveis, a empresa contribui para a construção de uma nova consciência social, pautada por valores como a solidariedade, a justiça ambiental e o respeito à diversidade. Como ressalta Freitas (2018, p. 35), “a sustentabilidade deve ser entendida como um valor organizacional e não apenas como uma ferramenta de gestão”.

Cardoso (2023), ao analisar um caso prático de aplicação de ações sustentáveis em uma empresa brasileira, conclui que a responsabilidade socioambiental pode gerar ganhos tangíveis e intangíveis, como a melhoria da imagem institucional, a fidelização de clientes e a atração de investidores. Esses benefícios demonstram que a sustentabilidade não é apenas um dever legal ou moral, mas também uma estratégia inteligente de crescimento e diferenciação no mercado.

Dessa forma, o referencial teórico aqui apresentado demonstra que a responsabilidade socioambiental das empresas deve ser entendida como uma prática transversal, que articula fundamentos jurídicos, instrumentos contábeis e decisões estratégicas de governança. Mais do que uma obrigação, ela representa um compromisso com o futuro, com a equidade e com a construção de uma sociedade mais justa e ambientalmente responsável.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura evidencia que a responsabilidade socioambiental empresarial no Brasil vem ganhando espaço tanto nas normativas legais quanto nas práticas gerenciais das organizações. O reconhecimento da função social da empresa como um princípio constitucional tem sido central para redefinir o papel das corporações em direção a uma atuação que considere não apenas o lucro, mas também os impactos socioambientais gerados por suas atividades.

Essa mudança de paradigma é observada na adoção de ferramentas como os relatórios de sustentabilidade e os indicadores ESG, que têm se consolidado como instrumentos de governança e prestação de contas. Como destaca Carvalho (2018, p. 64), “a contabilidade ambiental permite identificar, mensurar e divulgar os impactos ambientais e sociais das atividades empresariais, atuando como ferramenta de controle e transparência perante os stakeholders”. Essa prática, além de garantir conformidade com exigências normativas e reputacionais, contribui para o fortalecimento de uma cultura de responsabilidade e integridade empresarial.

As evidências empíricas reforçam a ideia de que práticas sustentáveis agregam valor à organização. Crisóstomo et al. (2021) demonstram que há uma correlação direta entre governança ética e desempenho socioambiental, indicando que empresas que investem em políticas de responsabilidade social tendem a obter melhor desempenho organizacional. Isso também é corroborado por Tres et al. (2021), que analisaram empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE-B3) e constataram que o comprometimento com a sustentabilidade influencia positivamente a valorização de mercado e a imagem institucional.

No campo jurídico, destaca-se a necessidade de tratar a função social da empresa como um dever legal e não apenas como uma diretriz voluntária. Júnior et al. (2020) lembram que “a responsabilidade social é uma prática facultativa, enquanto a função social constitui um dever constitucional” (p. 5). Isso implica que, para além das iniciativas voluntárias, as empresas devem assumir juridicamente a responsabilidade pelos impactos que causam, inclusive após a comercialização de seus produtos.

Nesse sentido, o princípio da responsabilidade estendida do produtor, discutido por Denis e Vettorazzi (2011), reforça o entendimento de que a atuação empresarial deve considerar todo o ciclo de vida do produto. A responsabilidade pelo descarte adequado, pela logística reversa e pela mitigação de impactos ambientais não pode ser negligenciada, sob pena de violar a própria essência da função social da empresa.

Um exemplo prático dessa integração entre sustentabilidade, eficiência econômica e valorização da imagem institucional é apresentado por Cardoso (2023), ao analisar o caso do Grupo X. O estudo revela que “as práticas sustentáveis implementadas resultaram em ganhos econômicos, como a redução de custos operacionais, e em benefícios intangíveis, como a fidelização de clientes e o fortalecimento da imagem da marca” (Cardoso, 2023, p. 23). Essa experiência demonstra que a responsabilidade

socioambiental, além de compromisso legal e ético, pode ser uma estratégia competitiva relevante.

Por fim, é importante destacar que a consolidação da responsabilidade socioambiental nas empresas brasileiras depende da articulação entre regulação estatal, instrumentos de governança, cultura organizacional e formação cidadã. A integração entre esses fatores favorece não apenas o cumprimento da função social, mas também o avanço rumo a um modelo de desenvolvimento econômico alinhado com os princípios da sustentabilidade e da justiça social.

CONCLUSÃO

A responsabilidade socioambiental das empresas no Brasil configura-se como um elemento essencial para a consolidação de um modelo de desenvolvimento que concilie crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental. Ao longo deste estudo, foi possível compreender que a função social da empresa, prevista na Constituição Federal, não deve ser vista apenas como uma diretriz normativa, mas como um compromisso ético e jurídico com o bem-estar coletivo.

A adoção de práticas sustentáveis, evidenciada por instrumentos como os relatórios ESG, o balanço social e os indicadores de governança, tem se mostrado eficaz não apenas na geração de valor institucional e reputacional, mas também na construção de uma cultura organizacional comprometida com a transparência, a equidade e o respeito aos direitos difusos. As evidências apresentadas na literatura e nos estudos de caso confirmam que empresas que alinham seus objetivos de negócio à responsabilidade socioambiental tendem a obter melhores resultados e maior legitimidade junto à sociedade.

Além disso, o fortalecimento da governança corporativa e da contabilidade socioambiental emerge como um vetor estratégico para garantir que o compromisso com a sustentabilidade vá além do discurso e se concretize em ações reais. A integração entre direito, contabilidade e gestão demonstra-se fundamental para operacionalizar a função social da empresa, transformar práticas empresariais e fomentar uma cidadania corporativa ativa e responsável.

Dessa forma, conclui-se que a responsabilidade socioambiental deve ser compreendida como um princípio transversal à atividade empresarial, contribuindo não

apenas para o atendimento às normas legais, mas também para a construção de um futuro mais justo, ético e ambientalmente equilibrado.

REFERÊNCIAS

BURMANN, Larissa Lauda. **Recursos naturais e sustentabilidade: a responsabilidade social, ambiental e jurídica das empresas**. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2010.

CARDOSO, Deyvid do Vale. **Responsabilidade socioambiental e desempenho empresarial: estudo de caso no Grupo X**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2023.

CARVALHO, Maurício Soares de. **Contabilidade social e ambiental**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018.

CRISÓSTOMO, Vicente Lima; VASCONCELOS, Victor Daniel; CARNEIRO, Célia Maria Braga. Análise da relação entre responsabilidade social corporativa e governança corporativa na empresa brasileira. **Perspectivas Contemporâneas**, Itapetininga, v. 16, e021002, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/pc.v16i0.45618>. Acesso em: 20 abr. 2025.

DENIS, Vanessa; VETTORAZZI, Denise Brambilla. A responsabilidade estendida do produtor: logística reversa e os resíduos sólidos urbanos. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v. 62, p. 411–436, out./dez. 2011.

DIAS, Reinaldo Aparecido et al. **Responsabilidade social e meio ambiente: estratégias empresariais para a sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2014.

FERREIRA, Cássia Bianca Lebrão Cavalari. **A responsabilidade social empresarial e o direito**. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito das Relações Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Ética, responsabilidade e sustentabilidade: a cultura organizacional como vetor estratégico**. São Paulo: Atlas, 2018.

JÚNIOR, José Carlos Ferreira et al. Função social da empresa e responsabilidade social corporativa: distinções necessárias para a efetividade do princípio da livre iniciativa. **Revista de Direito, Estado e Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 58, p. 1–20, 2020.

SANTANA, Eliana da Silva. A percepção de alunos do curso de Ciências Contábeis sobre a responsabilidade social empresarial. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 12, n. 32, p. 34–45, 2018.

TRES, Gláucia et al. Adoção de práticas de responsabilidade socioambiental e desempenho das empresas do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). **Revista Brasileira de Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 32, n. 85, p. 45–61, 2021.

CAPÍTULO 3- RELATO DE EXPERIÊNCIA: TRABALHANDO LITERATURA AFRO-BRASILEIRA EM SALA DE AULA

Joseilton Dias do Nascimento¹

Auríbio Farias Conceição¹

Maria Udienes Ferreira Cavalcante Diniz¹

RESUMO: O relato descreve uma experiência no projeto Residência Pedagógica, onde tive a oportunidade de ministrar uma aula sobre literatura afro-brasileira. Antes do início das atividades em sala de aula, houve reuniões preparatórias, formação sobre literatura moderna e produção de planos de aula. O período de observação também foi fundamental para entender a dinâmica da sala de aula e se preparar para ministrar as aulas. Durante a aula ministrada, foram abordados conceitos e trechos de obras afro-brasileiras, seguidos de discussões para promover reflexões. Apesar da falta de familiaridade dos alunos com a literatura afro-brasileira, houve interesse e curiosidade demonstrados. Ao final, o relato destaca meu crescimento pessoal durante esse processo, assim como o meu interesse em seguir na docência, evidenciando a importância da experiência vivenciada no projeto para minha formação.

Palavras-chave: Literatura; afro-brasileira; Residência pedagógica.

INTRODUÇÃO

O relato a seguir é sobre uma experiência como docente em sala de aula, que se deu por conta do projeto do Programa Residência Pedagógica, que proporciona oportunidades aos alunos graduandos de adquirir experiência em sala de aula. O projeto tem como objetivo aperfeiçoar e preparar os graduandos para o ambiente real da sala de aula, adquirindo uma rica experiência, visto que cada aula é sempre uma nova experiência, o que nos trás um conhecimento maior sobre muitos assuntos, além de nos preparar para os imprevistos que poderão aparecer ao longo das aulas.

Neste relato compartilho uma das aulas ministradas sobre literatura afro-brasileira. A aula foi elaborada com intuito de expor um pouco das temáticas abordadas em obras literárias de alguns autores afro-brasileiros, afim de aprofundar o conhecimento sobre esses temas, e provocar reflexões acerca das problemáticas trazidas pelos autores, resultando em um interesse maior por essa literatura e consequentemente aguçar o senso crítico dos alunos.

¹ Alunos e/ou professores associados ao curso de Letras da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

DESENVOLVIMENTO

Antes de começar a experiência em sala, tivemos algumas reuniões para ajudar na formação e preparação dos residentes, com ajuda do orientador, Auríbio Farias Conceição, foram feitas algumas reuniões para explicação e orientação de como se sucederia o projeto. Foi uma parte do projeto muito importante, pois antes de começarmos ainda tínhamos muitas dúvidas de como funcionaria, o que precisaria ser feito, e orientações do que deveria ser feito ao longo do projeto. Também foi sugerido algumas leituras, abordagens e metodologias que viriam a nós de um norte para a execução das aulas.

Houve também uma aula formativa sobre literatura moderna com o professor Fábio Figueiredo, que trouxe algumas abordagens para se trabalhar literatura na sala de aula, exemplos do que deveria ser mostrado e exposto para se obter uma melhor exposição sobre o tema, e assim tornar mais fácil a aprendizagem dos alunos. Também contamos com uma aula formativa com a professora Denise Teixeira da Costa, que nos mostrou como produzir um plano de aula e uma sequência didática, o que nos ajudou muito no planejamento e desenvolvimento das aulas.

O período de observação também foi muito importante, junto com a preceptora, Maria Udienes Ferreira Cavalcante Diniz, tive a oportunidade de observar algumas aulas, para que assim eu tivesse um contato com o ambiente antes de começar a ministrar, isso serviu bastante para preparar o psicológico, conhecer os alunos e começar a habituar-me com aquela realidade. Nessas observações pude entender melhor como se poderia trabalhar naquele ambiente, como deveria me portar como professor, e também estar preparado para o comportamento daqueles alunos, e como seria a interação entre alunos e professor, me ajudou a entender que se deve ter uma interação boa com os alunos, dando oportunidade de participação e exposição de opiniões, mas sempre mantendo o controle da aula para não fugir dos temas propostos.

Dessa forma, entrar em contato com essa realidade pode nos proporcionar uma ampla visão do que é ser professor, da importância do papel que temos na formação dos estudantes, e da forma que devemos nos portar na sala de aula, estar sempre preparado para as adversidades que irão surgir, e manter sempre uma postura exemplar para os discentes.

Vale ressaltar que o relato da aula aconteceu na ECIT Obdúlia Dantas, na turma da 3ª série B do Curso de Segurança do Trabalho, no dia vinte e três de outubro de 2023,

o assunto abordado nessa aula foi sobre literatura afro-brasileira, onde ocorreu uma contextualização prévia, que foi uma breve explicação sobre o que é a literatura afro-brasileira, suas principais temáticas e uma reflexão acerca da importância de se conhecer mais afundo os autores afro-brasileiros.

Para essa contextualização foi utilizado um slide com algumas informações importantes para entender os conceitos e imagens dos autores para ajudar na assimilação. No slide também continha algumas indicações de autores e obras para leitura, como por exemplo, Carolina Maria de Jesus, e um trecho de sua obra “Quarto de despejo”, e Conceição Evaristo, com trechos da obra “Becos da memória”, entre outros autores e obras. Com esses trechos foi feito uma leitura compartilhada, onde cada aluno leria uma parte, ao final da leitura se tinha alguns questionamentos para gerar uma reflexão acerca do que foi lido.

Imagens 1 e 2: Leitura de alguns Trechos de obras literárias Afro-brasileiro – Quarto de despejo: Maria Caroline de Jesus. Becos da Memória de Conceição Evaristo.



Fonte: Elaboradas pela própria autora (2023).

Após a leitura e os questionamentos os estudantes responderam a um exercício proposto no livro didático, e em seguida a correção dialogada observando a aprendizagem mediante a clareza das respostas. Essa aula foi muito gratificante, pois consegui concluir minha sequência didática satisfatoriamente no decorrer do percurso formativo para o conteúdo de literatura afro-brasileira.

Imagem 3: Discussão acerca das obras analisadas em sala de aula sobre literatura afro-brasileira.



Fonte: Elaboradas pela própria autora (2023).

Na graduação acabamos tendo muito contato com a literatura afro-brasileira, com algumas disciplinas específicas sobre o assunto, e assim começamos a compreender mais e entender a importância de se trabalhar com essa literatura em sala de aula, o que nos proporciona uma segurança para tratar das temáticas abordadas, ajudando bastante no planejamento e execução das aulas planejadas.

Para tanto, o resultado foi satisfatório, pois pude perceber que os alunos ainda não tinham muito contato e conhecimento sobre essa literatura, mas com a apresentação dos trechos das obras levadas para leitura e análise, nota-se uma certa curiosidade e até espanto com alguns trechos, visto que essas leituras trazem uma visão diferente e bastante explícita dos problemas culturais e sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do projeto foi perceptível o quanto essa experiência me ajudou, foram muitos aprendizados, dificuldades superadas e medos enfrentados, sem dúvidas que essa experiência contribuiu muito para meu crescimento pessoal e intelectual. Trabalhar com a literatura afro-brasileira me proporcionou um grande encanto por essa área, me

despertou curiosidade e interesse em buscar cada vez mais estudar e compartilhar conhecimentos sobre esse assunto, sem dúvidas também que essa experiência só confirmou que eu quero seguir o caminho da docência, foi algo incrível. Essa experiência em sala de aula durante o Programa Residência Pedagógica, foi de grande valia para minha formação como docente, pois pude reafirmar meu compromisso para um futuro profissional.

Portanto, todo aprendizado nesse projeto vai ser levado para vida, lidar com situações problemas e aprender com isso da melhor forma possível, preparar o psicológico antes d cada aula, e estar em sala de aula é sempre um momento único, pois preparamos as aulas, mas nem sempre sai como o previsto, e entender isso nos deixa mais confortáveis para trabalhar, pois já sabemos que nem tudo sai como planejado e isso não é um problema, faz parte.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria do Socorro Pereira. Literatura e ensino: perspectivas metodológicas. Revista FASETE, 2017.

BEZERRA, Benedito Gomes. Gêneros no contexto brasileiro, 1. ed São Paulo: Editora parábola, 2017.

BUNZEN, Clecio. MENDONÇA, Márcia. Português no ensino médio e formação do professor, 3. ed. São Paulo: Editora parábola, 2009.

CEREJA, William; VIANNA, Carolina Dias; DAMIEN, Christiane. **Português Contemporâneo: Diálogo, Reflexão e Uso**. 3. ed. São Paulo: Atual Editora, 2023.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Por um conceito de literatura afro-brasileira**. 2023 <http://www.letras.ufmg.br/literafrro/artigos/artigos-teorico-conceituais/148-eduardo-de-assis-duarte-por-um-conceito-de-literatura-afro-brasileira>.

EVARISTO, Conceição. Becos da memória. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2018.

**CAPÍTULO 4- O DESENVOLVIMENTO DO ADOLESCENTE NO CONTEXTO
ESCOLAR: UM DIÁLOGO ENTRE A PERSPECTIVA ERIKSONIANA E OS
MODELOS SOCIOEMOCIONAIS**

Rogério Lopes Nicácio

Flamarion Rogers de Macedo

Marcos Vitor Costa Castelhana

Leciria da Costa Santos

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Vale do Acaraú – UVA.

Luzia Mônica da Silva

*Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte –
UERN.*

Kiara Lilian Bernardino de Medeiros Silva

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

Maria Verônica de Souza Silva

Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte –UERN.

Maria Ivoneide Campos De Queiroz

*Graduada em Lestra – Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
– UERN.*

Rita de Cássia de Sousa Barbosa

Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

Marize da Silva Davino

Graduada em Pedagogia pela Universidade Potiguar.

Brígida Alves Lima Araújo

Graduada em Letras – Língua Portuguesa.

RESUMO: A adolescência representa um dos principais períodos psicossociais atrelados ao ciclo vital do ser humano, ganhando conotações idiossincráticas mediante as contextualizações socioculturais, históricas e interativas demarcadas em cada época e panorama societário, indo além de uma padronização invariável, dado que existem múltiplos fatores de influem nas estruturas dispostas em tal âmbito formativo-transitório. Nesse sentido, entende-se que os processos formativos, vinculativos e interativos presentes nas vivências e consolidações ocorridas na adolescência servem de base para exposições direcionais ocorridas em períodos posteriores, sobretudo quando mencionado as instâncias socioafetivas e identitárias, demonstrando a pertinência dos eixos psicológicos, emocionais sociais nas esquemáticas infanto-juvenis. Seguindo os elementos citados, o estudo em questão visa discurrir sobre os aspectos globais e específicos do desenvolvimento do adolescente no contexto escolar por intermédio dos diálogos metateóricos entre a visão eriksoniana, de base psicossocial e psicanalítica, e os moldes socioemocionais, continuamente ancorados nos âmbitos pedagógicos e psicológicos na contemporaneidade, levando em consideração as diferenças direcionais e metodológicas em suas matrizes centrais. Para isso, a revisão narrativa foi empregada como alternativa de pesquisa científica, valendo-se de artigos acadêmicos, capítulos de livro e obras especializadas como principais fontes de busca, geralmente encontradas nas plataformas digitais do Google Acadêmico, Scielo e PePSIC. Sendo assim, a presente exposição metateórica, a partir dos diálogos significativos e contextuais entre os campos psicossociais de Erikson e as visualizações socioemocionais, debruça-se sobre as jornadas intersubjetivas e formativas da adolescência em sua globalidade singular, levando em consideração os preâmbulos das experiências escolares e educativas.

Palavras-chave: Adolescência. Escola. Erikson. Socioemocional.

ABSTRACT: Adolescence represents one of the main psychosocial periods linked to the human life cycle, gaining idiosyncratic connotations through the sociocultural, historical and interactive contextualizations demarcated in each era and societal panorama, going beyond an invariable standardization, given that there are multiple factors that influence the structures arranged in such a formative-transitory scope. In this sense, it is understood that the formative, binding and interactive processes present in the experiences and consolidations that occur in adolescence serve as a basis for directional exposures that occur in later periods, especially when socio-affective and identity instances are mentioned, demonstrating the relevance of the psychological, emotional and social axes in the schematics of children and adolescents. Following the aforementioned elements, the study in question aims to discuss the global and specific aspects of adolescent development in the school context through metatheoretical dialogues between Erikson's psychosocial and psychoanalytic perspective and socioemotional models, continually anchored in contemporary pedagogical and psychological contexts, taking into account the directional and methodological differences in their central matrices. To this end, narrative review was used as an alternative for scientific research, using academic articles, book chapters and specialized works as the main search sources, generally found on the digital platforms of Google Scholar, Scielo and PePSIC. Therefore, this metatheoretical exposition, based on the significant and contextual dialogues between Erikson's psychosocial fields and socioemotional views, focuses on the intersubjective and formative journeys of adolescence in its singular globality, taking into account the preambles of school and educational experiences.

Keywords: Adolescence. School. Erikson. Socioemotional.

RESUMEN: La adolescencia representa uno de los principales períodos psicossociales vinculados al ciclo vital humano, adquiriendo connotaciones idiosincráticas a través de las contextualizaciones socioculturales, históricas e interactivas demarcadas en cada época y panorama societario, yendo más allá de una estandarización invariable, dado que existen múltiples factores que influyen en las estructuras dispuestas en tal ámbito formativo-transitorio. En este sentido, se entiende que los procesos formativos, vinculares e interactivos presentes en las vivencias y consolidaciones que ocurren en la adolescencia sirven de base a las exposiciones direccionales que ocurren en períodos posteriores, especialmente cuando se mencionan instancias socioafectivas e identitarias, demostrando la relevancia de los ejes psicológico, emocional y social en los esquemas infanto-juveniles. Siguiendo los elementos mencionados, el estudio en cuestión pretende discutir los aspectos globales y específicos del desarrollo adolescente en el contexto escolar a través de diálogos metateóricos entre la visión eriksoniana, basada en principios psicossociales y psicoanalíticos, y los modelos socioemocionales, continuamente anclados en las esferas pedagógicas y psicológicas en la época contemporánea, teniendo en cuenta las diferencias direccionales y metodológicas en sus matrices centrales. Para tal efecto se utilizó la revisión narrativa como alternativa de investigación científica, utilizando como principales fuentes de búsqueda artículos académicos, capítulos de libros y trabajos especializados, generalmente encontrados en las plataformas digitales de Google Scholar, Scielo y PePSIC. Por ello, esta exposición metateórica, basada en los diálogos significativos y contextuales entre los campos psicossociales de Erikson y las miradas socioemocionales, se centra en los recorridos

intersubjetivos y formativos de la adolescencia en su globalidad singular, teniendo en cuenta los preámbulos de la escuela y las experiencias educativas.

Palabras clave: Adolescencia. Escuela. Erikson. Socioemocional.

INTRODUÇÃO

A adolescência representa um dos principais períodos psicossociais atrelados ao ciclo vital do ser humano, ganhando conotações idiossincráticas mediante as contextualizações socioculturais, históricas e interativas demarcadas em cada época e panorama societário, indo além de uma padronização invariável, dado que existem múltiplos fatores de influem nas estruturações dispostas em tal âmbito formativo-transitório (Papaglia; Feldman; Olds, 2021).

Nesse sentido, entende-se que os processos formativos, vinculativos e interativos presentes nas vivências e consolidações ocorridas na adolescência servem de base para exposições direcionais ocorridas em períodos posteriores, sobretudo quando mencionado as instâncias socioafetivas e identitárias, demonstrando a pertinência dos eixos psicológicos, emocionais sociais nas esquemáticas infanto-juvenis (Palacios; Oliva, 2007),

Seguindo os elementos citados, o estudo em questão visa discorrer sobre os aspectos globais e específicos do desenvolvimento do adolescente no contexto escolar por intermédio dos diálogos metateóricos entre a visão eriksoniana, de base psicossocial e psicanalítica, e os moldes socioemocionais, continuamente ancorados nos âmbitos pedagógicos e psicológicos na contemporaneidade, levando em consideração as diferenças direcionais e metodológicas em suas matrizes centrais.

Para isso, a revisão narrativa foi empregada como alternativa de pesquisa científica, valendo-se de artigos acadêmicos, capítulos de livro e obras especializadas como principais fontes de busca, geralmente encontradas nas plataformas digitais do Google Acadêmico, Scielo e PePSIC.

Sendo assim, a presente exposição metateórica, a partir dos diálogos significativos e contextuais entre os campos psicossociais de Erikson e as visualizações socioemocionais, debruça-se sobre as jornadas intersubjetivas e formativas da adolescência em sua globalidade singular, levando em consideração os preâmbulos das experiências escolares e educativas.

DESENVOLVIMENTO

A adolescência, enquanto período intrínseco do ciclo vital do ser humano nos âmbitos civilizatórios, apresenta-se como um cenário conjuntivo e estruturante os contextos infantojuvenis, estando diretamente condicionado pelos caracteres socioemocionais, socioculturais, maturacionais e dinâmicos do desenvolvimento do sujeito (Papaglia; Feldman; Olds, 2021).

Nesse sentido, esboça-se que o desenvolvimento da adolescência, enquadrando os seus elementos globais e específicos, constitui-se em uma série de constantes multifatoriais dispostas em sentidos cognitivos, psicossociais, físicos e, propriamente, intersubjetivos, servindo de força motriz para outros contextos experienciais do indivíduo ao longo de sua existência (Davidoff, 2000; Papaglia; Feldman; Olds, 2021),

Segundo Palacios e Oliva (2014), as significações conotativas e representativas da adolescência, sobretudo nos âmbitos societários de matriz ocidental, percorrem variadas pontuações visualizativas de cunho conflitivo, uma vez que tal estágio desenvolvimentista é concebido como uma posição psicossocial turbulenta, ambivalente e dialética.

De tal modo, as vertentes científicas, principalmente quando mencionado as pesquisas e sistematizações de enfoque antropológico, psicológico e/ou sociológico, objetivam compreender de forma aprofundada e assertiva tais acepções características da adolescência, fomentando resultantes significativas nos aprofundamentos teóricos-práticos de temáticas associativas (Palacios; Oliva, 2014).

Seguindo tal lógica, os autores (2014) comentam que visualizações integrantes sobre os processos formativos e de estruturação de tal período do desenvolvimento humano permeiam diferentes campos representativos, permeando lógicas conflitivas ou não-conflivas, em que, geralmente, as esquemáticas psicanalíticas, como também as de viés sociológico, visualizam as estruturações psíquicas-emocionais-culturais através de suas composições dialéticas.

Introduzindo as observações erikssonianas, avista-se que o fio condutor do desenvolvimento humano, tendo como plano central as modulações intersubjetivas, seria os elementos, as experiências e estruturações de cunho psicossocial, iniciadas na infância, tendo o seu termino na velhice, tendo a adolescência como um estágio de moratória social, essencial para as constituições da vida adulta (Feist; Feist, 2008).

Nessa perspectiva, deve-se ter em mente que a adolescência, assim como os demais estágios psicossociais, sejam eles anteriores ou posteriores, são direta ou

indiretamente associados as habilidades e/ou aspectos conflitos expressos *a priori*, demonstrando que, nesse caso, as contextualizações da adolescência são influenciadas pelas caracterizações e dinâmicas infantis (Leite; Silva, 2019).

Ainda conforme Feist e Feist (2008), existem elementos sintônicos, estruturados e superados de forma positiva e cooperativa, e diatônicos, voltados as composições psíquicas-sociais conflituosas, que percorrem o desenvolvimento singular do sujeito ao longo dos estádios psicossociais. Em que, especificamente na adolescência, tais fatores supracitados vão influir, seja de forma assertiva ou resistente, nas edificações intersubjetivas do indivíduo.

Associando os âmbitos educativos e os enfoques eriksonianos, observa-se que tal panorama psicológico-psicanalítico concebe as relações educativas como essenciais para formação intersubjetiva do sujeito, em suas diferentes fases do desenvolvimento, incluindo o período da adolescência, servindo de eixo vivencial-relacional para as fomentações estruturantes da personalidade do sujeito (Leite; Silva, 2019).

Desse modo, a educação, acompanhado do modelo ampliado do desenvolvimento humano de Erikson, apresenta-se como constante direcional das interações sociais e das formações culturais durante esquemáticas edificantes do sujeito psicossocial, revelando que as matrizes educacionais não se limitam aos campos escolares, apesar da significância dos aspectos acadêmicos em tal sentido (Leite; Silva, 2019). No qual, os preâmbulos educativas participam da maneira em que o sujeito media e representa as suas vivências e constituições identitárias, principalmente na adolescência, lapidando pilares e ferramentas que serão utilizadas em outros contextos vitais.

Coadunando com as ideias citadas, Macedo e colaboradores (2025) abordam que as interligações entre os espaços educacionais e as constituições intersubjetivas da adolescência se apresentam como elementos associados as fomentações e expressões socioemocionais e afetivas do sujeito, sobretudo no âmbito da adolescência, revelando a pertinência das iniciativas e proposições pedagógicas de cunho emocional em tais recortes sociointerativos.

Adentrando os moldes socioemocionais, deve-se ter em mente que as abordagens relacionais representam alternativas e ferramentas significativas na educação contemporânea, trazendo à tona olhares metodológicos-vivenciais nas matrizes pedagógicas e interativas perante das contingências intrínsecas ao âmbito educacional (Linhares; Castelhana; Do Nascimento, 2025).

Com isso, as composições e dinâmicas próprias da aprendizagem socioemocional estão diretamente conectadas com as necessidades e competências socioafetivas direcionadas as integrações educativas, dado que envolvem variadas habilidades, estando entre elas: o autoconhecimento, a gestão das emoções, o senso de sociabilidade, entre outros (Tacla et al., 2014).

Seguindo tal raciocínio, os programas e estratégias pautadas nos modelos da aprendizagem socioemocional, assim como em suas habilidades e competências associadas, permitem a consolidação da formação intersubjetiva e global do sujeito em suas exposições significativas, influenciando, ao mesmo tempo, na edificação ativa do desempenho social e acadêmico (Tacla et al., 2014).

Nos panoramas da adolescência, as ideias e estratégias supracitadas se contemplam de maneira confluyente com as esquemáticas de tal período maturacional-social, posto que, segundo Haidt (2002), ao comentar sobre o desenvolvimento nos enfoques construtivistas-interacionistas, o aluno, conectando o recorte da finalização da educação básica, apresenta disposições significativas para a consolidação do pensamento crítico e relações sociais mais complexas, revelando a importância das pontuações socioemocionais.

Por fim, em uma perspectiva dialógica e metateórica, pontua-se que, apesar das diferenças cosmovisionais e metodológicas de cada linha, ambos modelos psicológicos e interdisciplinares esboçam a importância das habilidades e competências socioafetivas para as jornadas intersubjetivas da adolescência, todavia, enquanto o viés eriksoniano está direcionado nos panoramas identitários e as suas influências psicossociais relacionais, os modelos socioemocionais estão pautados em outros aspectos interativos, a exemplo da lapidação de composições integrais motivadores da aprendizagem sociointeracionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como exposto ao longo do texto científico, incluindo o final do desenvolvimento, sob uma perspectiva dialógica e que integra diferentes teorias, destaca-se que, mesmo com as distinções nas visões de mundo e nos métodos adotados por cada abordagem, tanto os modelos psicológicos quanto os interdisciplinares reconhecem a relevância das habilidades e competências socioafetivas nas vivências intersubjetivas da adolescência. No entanto, enquanto a perspectiva eriksoniana foca na construção da identidade e nas influências das relações psicossociais, os modelos socioemocionais priorizam outros

aspectos das interações, como o desenvolvimento de componentes essenciais que impulsionam a aprendizagem e a convivência social.

REFERÊNCIAS

- CASTELHANO, Marcos Vitor Costa; SILVA, Hilma Bezerra Rodrigues; DA SILVA, Noel Fernandes. A SIGNIFICÂNCIA DOS APORTES SOCIOEMOCIONAIS NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: UM PROJETO DE INTERVENÇÃO. *Revista Educação Contemporânea*, v. 2, n. 1, p. 810-820, 2025.
- DAVIDOFF, L. L. Introdução à psicologia. São Paulo: LTC, 2000.
- FEIST, J.; FEIST, G.. Teorias da Personalidade. 1. ed. São Paulo: McGraw- Hill, 2008.
- HAIDT, M. C. Curso de Didática Geral. São Paulo; Ática, 2002.
- LEITE, Artur Alexandre de M.; SILVA, Marcos Leandro. Um estudo bibliográfico da Teoria Psicossocial de Erik Erikson: contribuições para a educação. *Debates em Educação*, v. 11, n. 23, p. 148-168, 2019.
- LINHARES, Lucimar Fernandes; CASTELHANO, Marcos Vitor Costa; DO NASCIMENTO, Luiz Hermínio. PROCESSOS EDUCACIONAIS E O ENFOQUES RELACIONAIS NA ATUALIDADE: OLHARES METODOLÓGICOS-VIVENCIAIS. *Revista Educação Contemporânea*, v. 2, n. 2, p. 837-844, 2025.
- MACEDO, Flamarion Rogers de et al. A dimensionalidade afetiva e os espaços educacionais na adolescência: uma ótica intersubjetiva. In: FONSECA, Alessandra Alves et al. (Org.). *Conexões interdisciplinares na contemporaneidade: educação, psicologia e direito em foco*. Pombal-PB: Editora Verde - GVAA, 2025.
- PALACIOS, Jesús; OLIVA, Alfredo. A adolescência e seu significado evolutivo. In: COLL, César et al. *Desenvolvimento psicológico e educação [recurso eletrônico]*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 309-322. Tradução de Fátima Murad.
- PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin; OLDS, Sally Wendkos. *Desenvolvimento humano*. 14. ed. Porto Alegre: AMGH, 2021.
- TACLA, Cristiane et al. Aprendizagem socioemocional na escola. *Saúde mental na escola: o que os educadores devem saber*. Porto Alegre: Artmed, p. 49-62, 2014.

CAPÍTULO 5- ENSINO ENQUANTO PRÁTICA LIBERTADORA: FREIRE E A EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEO

Flamarion Rogers de Macedo

Rogério Lopes Nicácio

Marcos Vitor Costa Castelhana

Leciria da Costa Santos

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Vale do Acaraú – UVA.

Luzia Mônica da Silva

Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.

Kiara Lilian Bernardino de Medeiros Silva

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

Maria Verônica de Souza Silva

Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.

Maria Ivoneide Campos De Queiroz

Graduada em Lestra – Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.

Rita de Cássia de Sousa Barbosa

Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

Marize da Silva Davino

Graduada em Pedagogia pela Universidade Potiguar.

Brígida Alves Lima Araújo

Graduada em Letras – Língua Portuguesa.

RESUMO: Como observado ao longo das sistematizações do pensamento de Paulo Freire, entende-se que as atitudes esperançosas frente as transformações educacionais representam a consolidação utópica e necessária nas edificações de contingências educativas significativas, diretamente pautadas na autonomia do sujeito enquanto personagem central nos processos educativos em suas matrizes históricas e contextuais, revelando que ato de ensino, antes de tudo, deve ser uma força motriz de libertação enquanto ação dialógica. Seguindo as premissas citadas, o presente estudo discute sobre a necessidade do constante fortalecimento do ensino enquanto prática libertadora em seus sentidos relacionais e fomentativos, tendo como plano de fundo as movimentações trazidas pela tradição freiriana, abordando as perspectivas e construções pedagógicas por intermédio de suas potencialidades interativas, edificantes e dialógicas. Para tanto, a revisão narrativa, como método de pesquisa de natureza bibliográfica, foi utilizada enquanto vetor de captação de dados acadêmicos nas planificações argumentativas, valendo-se artigos científicos, capítulos de livro, obras especializadas e outras produções relacionadas como principal formativa de busca, geralmente encontradas nas plataformas digitais do Google Acadêmico, Scielo, PePSIC e Portal CAPES. Portanto, expresso os elementos introdutórios e as perspectivas teórico-práticas especificadas, seguem as demais pontuações sobre a temática abordada, promovendo a constante reflexão entre os caracteres de um ensino libertador e as visualizações freirianas, tendo como plano central a educação na contemporaneidade.

Palavras-chave: Ensino. Freire. Liberdade. Contemporaneidade.

ABSTRACT: As observed throughout the systematizations of Paulo Freire's thought, it is understood that hopeful attitudes towards educational transformations represent the utopian and necessary consolidation in the construction of significant educational contingencies, directly based on the autonomy of the subject as a central character in the educational processes in their historical and contextual matrices, revealing that the act of teaching, above all, must be a driving force of liberation as a dialogical action. Following the aforementioned premises, the present study discusses the need for the constant strengthening of teaching as a liberating practice in its relational and fostering senses, having as a backdrop the movements brought by the Freirean tradition, addressing the pedagogical perspectives and constructions through their interactive, edifying and dialogical potentialities. To this end, narrative review, as a bibliographic research method, was used as a vector for collecting academic data in argumentative plans, using scientific articles, book chapters, specialized works and other related productions as the main search tool, generally found on the digital platforms of Google Scholar, Scielo, PePSIC and CAPES Portal. Therefore, having expressed the introductory elements and the theoretical-practical perspectives specified, the other points on the theme addressed follow, promoting constant reflection between the characteristics of a liberating education and Freirean views, with education in contemporary times as the central plan.

Keywords: Teaching. Freire. Freedom. Contemporaneity.

RESUMEN: Como se observa a lo largo de las sistematizaciones del pensamiento de Paulo Freire, se entiende que las actitudes esperanzadoras frente a las transformaciones educativas representan la consolidación utópica y necesaria en la construcción de contingencias educativas significativas, directamente basadas en la autonomía del sujeto como personaje central de los procesos educativos en sus matrices históricas y contextuales, revelando que el acto de enseñar, ante todo, debe ser motor de liberación como acción dialógica. Siguiendo las premisas mencionadas, este estudio discute la necesidad de un fortalecimiento constante de la enseñanza como práctica liberadora en su sentido relacional y formador, teniendo como telón de fondo los movimientos traídos por la tradición freireana, abordando perspectivas y construcciones pedagógicas a través de sus potencialidades interactivas, edificantes y dialógicas. Para ello, se utilizó la revisión narrativa, como método de investigación bibliográfica, como vector de captura de datos académicos en planes argumentativos, utilizando como principal formato de búsqueda artículos científicos, capítulos de libros, trabajos especializados y otras producciones afines, generalmente encontrados en las plataformas digitales de Google Scholar, Scielo, PePSIC y Portal CAPES. Así, expresados los elementos introductorios y las perspectivas teórico-prácticas especificadas, siguen los demás puntos sobre la temática abordada, promoviendo una reflexión constante entre las características de una educación liberadora y las visiones freireanas, teniendo como plan central la educación en la contemporaneidad.

Palabras clave: Enseñanza. Freire. Libertad. Tiempo contemporáneo.

INTRODUÇÃO

Mediante as potencialidades e contradições expressos nas estruturas e dinâmicas educacionais na atualidade, os aportes teórico-práticos lapidados pelos campos freirianos permitem o desenvolvimento de reflexões, de discussões e de alternativas metodológicas-vivenciais para a lapidação de uma educação libertadora, indo de encontro os contrastes históricos, civilizatórios e propriamente pedagógicos que permitiram os âmbitos educativos na atualidade (Formiga et al., 2023).

Desse modo, como observado ao longo das sistematizações do pensamento de Paulo Freire, entende-se que as atitudes esperançosas frente as transformações educacionais representam a consolidação utópica e necessária nas edificações de contingências educativas significativas, diretamente pautadas na autonomia do sujeito enquanto personagem central nos processos educativos em suas matrizes históricas e

contextuais, revelando que ato de ensino, antes de tudo, deve ser uma força motriz de libertação enquanto ação dialógica (Silva et al., 2023).

Seguindo as premissas citadas, o presente estudo discute sobre a necessidade da constante fortalecimento do ensino enquanto prática libertadora em seus sentidos relacionais e fomentativos, tendo como plano de fundo as movimentações trazidas pela tradição freiriana, abordando as perspectivas e construções pedagógicas por intermédio de suas potencialidades interativas, edificantes e dialógicas.

Para tanto, a revisão narrativa, como método de pesquisa de natureza bibliográfica, foi utilizada enquanto vetor de captação de dados acadêmicos nas planificações argumentativas, valendo-se artigos científicos, capítulos de livro, obras especializadas e outras produções relacionadas como principal formativa de busca, geralmente encontradas nas plataformas digitais do Google Acadêmico, Scielo, PePSIC e Portal CAPES.

Portanto, expresso os elementos introdutórios e as perspectivas teórico-práticas especificadas, seguem as demais pontuações sobre a temática abordada, promovendo a constante reflexão entre os caracteres de um ensino libertador e as visualizações freirianas, tendo como plano central a educação na contemporaneidade.

DESENVOLVIMENTO

Em um sentido geral, concebe-se que o ensino representa uma das principais alternativas metodológicas para a consolidação dos processos interativos da aprendizagem, seja de forma sistemática ou rústica, esboçando cenários que percorrem meios individuais e coletivos, que variam ao longo dos diferentes períodos históricos (Haidt, 2002).

Nesse sentido, sobretudo nas introduções científicas de matriz interdisciplinar nos panoramas didáticos, fomentados de forma mais enfática durante os recortes do século XX, as perspectivas de ensino-aprendizagem envolvem elementos de matriz multifatorial, dado que englobam fatores técnicos, sociais e experienciais em uma mesma estrutura vinculativa (Haidt, 2002).

No estudo de Antunes (2008), esboça-se que as matrizes educacionais surgem como ferramentas adaptativas aos cenários históricos pautadas nas consolidações das formações técnicas e direcionais de seus membros, revelando que as suas tendências transformativas, muitas vezes, giram em torno dos interesses das classes dominantes perante dos contextos civilizatórios idiossincráticos.

Desse modo, as instituições escolares, como expressões significativas das fortificações educacionais nas ramificações históricas, apesar de sua significância inegável nas fomentações socioculturais e relacionais nas sociedades atuais, também não dissociada das influências dos interesses dominadores supracitados, destacando a pertinência de óticas críticas e dialógicas nas proposições educativas atuais (Antunes, 2008).

Ainda nesse raciocínio, Ribeiro (2006) afirma que as organizações escolares, muitas vezes ancoradas em tais dinâmicas distanciadas das posturas dialógicas e interativas, participa da difusão das conjunturas de exclusão social do aluno, demonstrando a pertinência de aparatos e estratégias metodológicas-vivenciais de matriz crítica, promovendo a formação ativa do aluno mediante os seus papéis e contingências mediante a realidade social.

Adentrando o campo freiriano, observa-se que as ideias permeadas pelo autor elucidam a constante necessidade de transformação dos meios educacionais, servindo de força motriz para as rupturas dos preâmbulos da educação bancária, pautada em um discurso de desigualdade social, introduzido por meio de uma lógica mecânica nas práticas e interações pedagógicas, visualizando o educando, antes de tudo, enquanto um depósito de saberes e execuções pragmáticas (Freire, 1974).

Com isso, as atuações voltadas matrizes e experiências do ensino-aprendizagem ultrapassam uma dimensionalidade inteiramente técnica ou aplicada, uma vez que permeia as realidades e historicidades dos membros que compõe o universo educativo, tanto que Freire (1996) deixa claro a significância da relação dialógico entre professores e alunos, indo além das sistematizações assimétricas defendidas nos moldes tradicionalistas.

Seguindo tal ótica, Freire (1996) tece que um dos principais papéis dos educadores seria a contínua e gradual relativização da posição de saber, posto que as experiências, os conhecimentos e os interesses prévios dos educandos representam pilares indivisíveis do cotidiano pedagógico, trazendo à tona uma instância interativa na formação vivencial e crítica nos variados contextos educacionais.

Para Gadotti (2019), em a Escola dos meus sonhos, o pensamento freiriano lapida bases significativas para mediação dos obstáculos tradicionalistas e neoliberais acoplados nas atuações educativas atuais, promovendo a introdução de comunicações dialéticas, dialógicas e críticas nas discussões em educação, correlacionando-se diretamente com as perspectivas teórico-práticas e metodológicas-experienciais do ensino-aprendizagem.

Coadunando com a ideia citada, Freire (1992) aborda que tais movimentações libertadoras e de transformação ativa e crítica devem ser pautadas por uma atitude esperançosa, distanciando-se da ideia de transmissão de saberes, dado que o ato de ensinar e aprender são caracteres singulares e interacionais, demonstrando que as atuações pedagógicas atravessam, ao mesmo tempo que são influenciadas, pelas dinâmicas históricas, socioculturais e políticas.

Além disso, as esquemáticas educacionais defendidas pelo viés freiriano vai além dos limites da sala de aula em si mesma, dado que, como comentado, tais compreensões são direcionadas por princípios e objetivações dialógicas e críticas, visualizando o sujeito a partir de seus caracteres e dinâmicas individuais-coletivos, diretamente englobados nas movimentações experienciais e acadêmicas das instituições escolares, enquanto espaços formativos (Jacomé et al., 2023).

Por fim, avista-se que o ensino, partindo dos moldes e direcionamentos lapidados ao longo das esquemáticas freirianas, configure-se como ferramenta libertadora nas relações e dinâmicas interativas dentro e fora da sala de aula, demonstrando que as proposições pedagógicas difundidas pelo autor consideram a necessidade de inclusão e compreensão dos vieses subjetivos, contextuais e históricos, indo além das unilateralizações técnicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao decorrer do texto, fica evidente que o ensino, com base nos moldes e orientações desenvolvidos a partir das abordagens freirianas, apresenta-se como um instrumento de libertação nas relações e interações tanto no ambiente escolar quanto fora dele, evidenciando que as propostas pedagógicas defendidas pelo autor contemplam a importância da inclusão e da compreensão dos aspectos subjetivos, contextuais e históricos, ultrapassando as abordagens puramente técnicas e unilaterais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. A. M..Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. Revista semestral da Associação Brasileira de psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), 2008. 12(2),469-475

FORMIGA, M. M. M. ; CASTELHANO, M. V. C. ; SILVA, E. B. E. . A POTÊNCIA TRANSFORMATIVA DA EDUCAÇÃO EM VISTA DE SEUS CONTRASTES: UM OLHAR FREIRIANO. Revista Científica Integr@ção, v. 4, p. 134-140, 2023.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1992

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

GADOTTI, M. Escola dos meus sonhos. IPF: São Paulo, 2019.

HAIDT, M. C. Curso de Didática Geral. São Paulo; Ática, 2002.

JACOME, K. L. B. ; CASTELHANO, M. V. C. ; RIBEIRO, W. R. ; FERREIRA, P. L. ; GUIMARAES, T. T. S. . A INSTITUIÇÃO ESCOLAR E AS FORMAÇÕES INDIVIDUAIS-COLETIVAS DO ALUNO: REFLEXÕES A PARTIR DO PENSAMENTO FREIRIANO. In: Marcos Vitor Costa Castelhana et al.. (Org.). SOCIEDADE E OS ÂMBITOS EDUCATIVOS NA CONTEMPORANEIDADE: TEMÁTICAS VARIADAS. 1ed.Pombal-PB: Editora Verde - GVAA, 2024, v. 1, p. 9-18.

RIBEIRO, Antonio. A Escola como forma de exclusão social do aluno. Sobral, Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2006.

SILVA, A. F. ; SANTOS, P. F. ; CASTELHANO, MARCOS VITOR COSTA . A ESCOLA DOS SONHOS E AS POSSIBILIDADES PARTICIPATIVAS: REFLEXÕES SOBRE O PENSAMENTO FREIRIANO NA CONTEMPORANEIDADE. Revista Científica Integr@ção, v. 4, p. 141-147, 2023.

SOBRE OS ORGANIZADORES

SIMONE MONTEIRO TORRES

Simone Monteiro Torres é pedagoga formada pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), mestre em Ciências da Educação pela FICS e atualmente doutoranda pela mesma instituição. Possui pós-graduação em Análise do Comportamento Aplicada (ABA) e Atendimento Educacional Especializado (AEE) pela FACUVALE.

FLAMARION ROGERS DE MACEDO

Flamarion Rogers de Macedo é licenciado em Pedagogia pelas Faculdades Integradas de Patos (2011), pós-graduado em Psicopedagogia Clínica, Institucional e Hospitalar pelo Instituto de Educação do CECAP (2019), e especialista em Gestão e Organização da Escola com ênfase em Coordenação e Orientação Escolar pela Faculdade Focus (2022). Atualmente é mestrando em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

ALESSANDRA ALVES FONSECA

Alessandra Alves Fonseca é mestre e doutoranda em Psicologia pela Universidade Salgado de Oliveira, onde desenvolve pesquisas na área. E-mail para contato: fonsecaalexandra024@gmail.com.

EMANUELLE RIBEIRO LISBOA PRASTO MARTINS

Emanuelle Ribeiro Lisboa Prasto Martins é psicóloga formada pela Universidade Unigranrio e mestranda em Psicologia Social pela Universidade Salgado de Oliveira (Universo). E-mail para contato: emanuelle.lisboa@gmail.com.

SANÇÃO RAMALHO MEDEIROS

Sanção Ramalho Medeiros é graduado em Psicologia pelo Centro Universitário de Patos – UNIFIP, com atuação voltada às áreas da saúde mental e educação.

ROGERIO LOPES NICÁCIO

Rogério Lopes Nicácio é bacharel em Sistemas de Informação, tecnólogo em Segurança da Informação e possui MBAs em Gestão de Tecnologia da Informação e Gestão de Projetos. Complementa sua formação com pós-graduações na área de Educação e atua como gerente de TI, professor e engenheiro de qualidade de software (QA), com ampla experiência em tecnologia da informação.

JOSELI MARIA SILVA DE LIMA

Joseli Maria Silva de Lima é graduada em Pedagogia pela Universidade da Cidade do Rio de Janeiro – UNIVERCIDADE e licenciada em Pedagogia pela Universidade Veiga de Almeida – UVA. É pós-graduada em Neuropsicopedagogia, Arte e Educação e Gestão Escolar. Atualmente é mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University. E-mail para contato: joselimarialima2018@gmail.com.

ANICLÉSIA DE SOUSA

Anicléssia de Sousa é licenciada em Letras – Português, com especialização em Cultura e Literatura e Metodologia da Pesquisa Científica, desenvolvendo trabalhos voltados à linguagem e educação.

MARIA DAIANE PEREIRA DA SILVA

Maria Daiane Pereira da Silva é graduada em Pedagogia, especialista em Ludopedagogia, Literatura Infantil e Ensino nos Anos Iniciais, com experiência na formação de professores e práticas pedagógicas lúdicas.

FERNANDA FARIAS VASCONCELOS KREITLOW

Fernanda Farias Vasconcelos Kreitlow é doutoranda em Design de Moda Sustentável pela Universidade do Minho (UMINHO) em Portugal e também em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales. É mestre em Negócios Turísticos pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), pós-graduada em Marketing Digital pela FAMEF, especialista e graduada em Design de Moda e tecnóloga em Textile Habillement pela Université Lumière II, em Lyon, França.

FABIANO LOCATELLI

Fabiano Locatteli é graduado em História, Ciências Sociais e Educação Física. Possui especializações em Arte e Educação, Docência do Ensino Religioso e Educação no Campo. Atualmente é mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University. E-mail para contato: f_locatteli@hotmail.com.

MARCOS VITOR COSTA CASTELHANO

Marcos Vitor Costa Castelhana é graduado em Psicologia pelo Centro Universitário de Patos – UNIFIP e mestre em Ciências da Educação, com atuação nas áreas de desenvolvimento humano e processos educativos.

PATRÍCIO BORGES MARACAJÁ

Patrício Borges Maracajá é engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal da Paraíba (1981), graduado em Teologia pelo Cenpacre (2007) e doutor engenheiro agrônomo pela Universidad de Córdoba, na Espanha (1995), com vasta experiência em ensino e pesquisa na área agrônômica.

ALINE CARLA DE MEDEIROS

Aline Carla de Medeiros é licenciada em Biologia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2008), especialista em Educação Ambiental pelas Faculdades Integradas de Patos (2011), mestre em Sistemas Agroindustriais pela UFCG/Pombal-PB (2014) e doutora em Engenharia de Processos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) desde 2020.

FLÁVIO FRANKLIN FERREIRA DE ALMEIDA

Flávio Franklin Ferreira de Almeida é mestre em Economia da Empresa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2004), com distinção, e graduado em Ciências Econômicas pela mesma instituição (2001), com atuação na área de economia aplicada à gestão.

DÉBORA SABRINA SANTOS DA SILVA SAMPAIO DE BRITO

Débora Sabrina Santos da Silva Sampaio de Brito é licenciada em Pedagogia pela Universidade de Pernambuco (UPE, 2012), pós-graduada em Gestão Educacional pela FAFIRE (2014) e em Educação Especial e Inclusiva pela UNINASSAU (2024). Atualmente é mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University e cursa Gestão Escolar pela Prefeitura do Recife (2024).